

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

DEZEMBRO/2020

Conteúdo

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Balanco Patrimonial

Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Valores expressos em reais)

Nota 1 - Contexto operacional

1.1. Denominação, Natureza, Objeto, Sede e Duração

A Palma Santa Administração S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, tem por objeto social a administração de bens móveis e imóveis, corpóreos e incorpóreos, podendo participar de outras empresas.

A Palma Santa Administração S.A. se rege pelas disposições do seu Estatuto e pela legislação pertinente e tem o prazo de duração indeterminado.

A Palma Santa Administração S.A. tem a sede social na BR 101 - Km 04,3 - Zona Rural do Município de Goiana, no Estado de Pernambuco.

1.2. Base contábil de continuidade operacional

As demonstrações contábeis da Companhia são elaboradas de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira que se aplicam as sociedades em curso normal de suas atividades operacionais.

Em função das obrigações passivas, a Companhia apresentava em seus registros contábeis, na data de 31 de dezembro de 2011, uma liquidez geral negativa no montante de R\$ 2.538.865 e está em processo de recuperação judicial. A Companhia foi incluída no processo de recuperação judicial por fazer parte do Grupo Cruangi.

1.3. Recuperação judicial

A Usina Cruangi S.A. ajuizou ação de recuperação judicial em 22 de fevereiro de 2013, tendo o feito sido distribuído à 1ª Vara Cível de Timbaúba - PE, onde recebeu o nº 0000282-61.2013.8.17.1480. A ação foi ajuizada em nome do Grupo Econômico composto pelas sociedades Usina Cruangi S.A., Samasa Santa Maria Energética e Agropecuária Ltda., Palma Santa Administração S.A., Negocial de Administração Ltda., Goiana Participações Ltda. e Cruangi Neem do Brasil Ltda. Cumpridas as exigências legais, o processamento da

recuperação foi deferido em 05 de março de 2013, em decisão proferida nos termos do art. 52 da Lei nº 11.101/2005.

As ações do plano de recuperação podem se assim destacadas:

- a) Arrendamento de ativos - Poderá ocorrer a qualquer tempo durante a vigência do plano de recuperação;
- b) Alienação de ativos e Unidades Produtivas Isoladas (UPI);
- c) Terceirização da produção de açúcar e etanol;
- d) Reorganização societária e associações;
- e) Reestruturação operacional - Possibilidade de novas oportunidades de negócios;
- f) Reorganização administrativa e adoção de práticas de governança corporativa;
- g) Concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas de seus devedores; e
- h) Novação da dívida do passivo, equalização dos encargos financeiros e outras avenças.

A gestão do GRUPO CRUANGI direcionará todos os esforços para recuperar-se economicamente e financeiramente; bem como, no posicionamento de mercado, visando potencializar suas atividades através da manutenção ou restabelecimento das relações comerciais com os fornecedores da Companhia.

Para compatibilizar o valor da dívida com a capacidade de geração de caixa, será necessário um deságio sobre os créditos inscritos na relação geral de credores; bem como, concessão de carência e parcelamento dos pagamentos.

Nota 2 - Apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis referem-se a uma entidade individual e foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e pelos pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2. Autorização das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Palma Santa Administração S.A. para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 foram autorizadas para a emissão pela Administração da Palma Santa Administração S.A. em 18 de dezembro de 2020, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data.

2.3. Principais políticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela exerce sua atividade (“moeda funcional”). As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), a moeda funcional.

2.3.2. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

2.3.3. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros com depósitos e contas a receber inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado), quando aplicável, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor apresentado no balanço patrimonial quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de bancos. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados nas obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha do direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar com associadas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos - quando aplicável.

Capital social

Ações do capital - são classificadas como patrimônio líquido.

2.3.4. Investimentos

Os investimentos em controlada são avaliados por equivalência patrimonial. Outros investimentos que não se enquadram na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da provisão para perda de investimento, quando aplicável.

2.3.5. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados.

Ganho ou perda na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil de item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confortável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

O custo estimado do item de um equipamento que deva ser substituído anualmente pelo contabilizado como um componente dos custos do equipamento e depreciação durante período seguinte. Os custos de manutenção periódica normal são contabilizados em despesas quando incorridos uma vez que os componentes substituídos não melhoram a capacidade produtiva, ou ampliam sua vida útil, ou ainda não introduzam aprimoramentos técnicos aos equipamentos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As quotas de depreciação dos bens reavaliados vêm sendo calculadas com base nas taxas de depreciação determinadas pela nova vida útil dos bens.

As vidas úteis médias estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

- Máquinas e implementos agrícolas 5 anos
- Veículos 5 anos

2.3.6. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

2.3.7. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de aplicações financeiras, descontos obtidos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros passivos ou encargos bancários.

2.3.8. Tributação

Os cálculos dos impostos e das contribuições, bem como suas respectivas declarações de rendimentos e informações acessórias, exigíveis na forma da legislação vigente, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais em períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data de pagamento ou entrega das declarações de rendimentos e das informações acessórias.

Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com o imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados às combinações de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Nota 3 - Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Caixa e bancos	72	72
	72	72

Nota 4 - Contas a receber

	2011	2010
• Clientes	128.500	128.500
	128.500	128.500

Refere-se a contas a receber de clientes vencidas há mais de 10 anos. Em 31 de dezembro de 2011, não foi constituída a provisão para perdas. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo das contas a receber foi baixado, tendo por

contrapartida a conta “ajustes de exercícios anteriores” no patrimônio líquido.

Nota 5 - Quotas de consórcios e outros

	2011	2010
• Máquinas e implementos agrícolas	220.170	220.170
	220.170	220.170

O saldo é remanescente de exercícios anteriores. A Companhia não possui controle sobre o acompanhamento das quotas de consórcio.

Nota 6 - Créditos fiscais diferidos

	2011	2010
• CSLL	25.267	25.267
• IRPJ	1.573.504	1.573.504
	1.598.771	1.598.771

Em 31 de dezembro de 2004 a Companhia registrou créditos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social, tendo por contrapartida a conta “créditos fiscais” no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia procedeu a reversão dos créditos fiscais diferidos, tendo por contrapartida a conta “créditos fiscais” no patrimônio líquido.

Nota 7 - Investimentos

	2011	2010
Participações		
Usina Maravilhas S.A.	156.118.846	160.567.315
Outros investimentos	849	849
	156.119.695	160.568.164

- a) O percentual de participação da Companhia na controlada Usina Maravilhas S.A. era de 19,99%.
- b) Em 28 de maio de 2010, a Companhia vendeu a totalidade das ações que possuía da controlada Usina Maravilhas S.A. Entretanto, o registro contábil da baixa do investimento e do deságio em participações somente ocorreu no exercício de 2013.

Nota 8 - Imobilizado

	2011	2010
Terrenos e propriedades	703.674	703.674
Máquinas e implementos	1.775.862	1.775.862
Veículos	1.045.003	1.045.003
Reavaliação de terrenos	3.454.133	3.454.133
	6.978.672	6.978.672

- a) Ajuste a avaliação patrimonial - custo atribuído “deemd cost”: Em 31 de agosto de 2009, a Companhia apurou os efeitos do custo atribuído com base em laudo de avaliação de empresa especializada elaborado de conformidade com o ICPC 10 relacionados ao imobilizado, em atendimento ao CPC 27, para propriedades rurais. Acontece que, o registro contábil do ajuste a avaliação patrimonial somente ocorreu em 31 de abril de 2010, onde a contrapartida foi a conta de reajuste de custos de mercado, no patrimônio líquido. Apesar de ter sido realizada a avaliação das benfeitorias fixas desmembradas das áreas rurais (terra nua), não houve a segregação quando do registro contábil. Assim, as benfeitorias fixas estão contabilizadas juntamente com as áreas rurais (terra nua) numa única conta denominada de terrenos e propriedades. Ademais, a Companhia não contabilizou o ajuste da avaliação patrimonial negativa no valor de R\$ 344.619, apurado sobre os veículos.
- b) Em 31 de dezembro de 2011, estavam consignados no saldo contábil de terrenos e propriedades os seguintes imóveis: a) Engenho Gongo; e b) Engenho Pirauá. Em 30 de novembro de 2010, a Companhia vendeu o imóvel rural denominado Engenho Pirauá, situado no Município de Timbaúba, Estado de Pernambuco, pelo valor de R\$ 2.014.450. Em 31 de dezembro de 2011, o imóvel ainda estava registrado no ativo imobilizado pelo valor de custo de R\$ 260.000 e valor de avaliação de R\$ 1.347.293, totalizando o montante de R\$ 1.607.293. A venda do imóvel resultou num ganho de capital no valor de R\$ 407.157.
- c) No exercício de 2011 a Companhia não reconheceu a depreciação dos bens móveis sujeitos a depreciação no valor de R\$ 564.173.
- d) A Companhia não possui um sistema de gestão patrimonial para controlar os bens móveis e imóveis.
- e) No exercício de 2011, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ajuizou Ação Cautelar Fiscal de nº 0001180-03.2011.4.05.8306, em tramite na 22ª Vara Federal de Pernambuco, com o fito de assegurar a satisfação de créditos tributários, através da indisponibilidade de bens móveis e imóveis das companhias que compõem o Grupo Cruangi.

Movimentação do custo e da depreciação no exercício de 2011:

	2011							2010
Descrição	Taxa Anual de Depreciação	Custo	Aquisição do Período	Baixa/ Transferência	Depreciação do Período	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos e propriedades	-	4.157.807	-	-	-	-	4.157.807	4.157.807
Máquinas e implementos	20%	1.775.862	-	-	-	-	1.775.862	1.775.862
Veículos	20%	1.045.003	-	-	-	-	1.045.003	1.045.003
		6.978.672	-	-	-	-	6.978.672	6.978.672

Nota 9 - Consórcios a pagar

	2011	2010
Passivo circulante		
• Consórcio Nac. John Deere cota 387	17.119	17.119
• Consórcio Nac. John Deere cota 419	18.278	18.278
• Consórcio Nac. John Deere cota 169	1.370	1.370
• Consórcio Massey Ferguson cota 226	3.173	3.173
• Consórcio Nac. John Deere cota 407	38.347	38.347
• Consórcio Nac. John Deere cota 326	70.043	70.043
	148.330	148.330

O saldo é remanescente de exercícios anteriores. A Companhia não possui controle sobre o acompanhamento das quotas de consórcio.

Nota 10 - Provisão para imposto de renda diferido

	2011	2010
<u>Passivo não circulante</u>		
Provisão p/ IRPJ diferido	84.428	84.428
	84.428	84.428

A provisão para o imposto de renda diferido foi constituída em exercícios anteriores. Em 31 de dezembro de 2013 a provisão foi revertida para a conta de ajustes de exercícios anteriores.

Nota 11 - Partes relacionadas

	2011	2010
<u>Passivo não circulante</u>		
Usina Cruangi S.A. (a)	3.541.640	3.531.761
Usina Maravilhas S.A. (b)	711.980	711.980
	4.253.620	4.243.741

(a) Refere-se a saldo de conta corrente, provenientes de pagamentos de despesas por parte da Usina Cruangi S.A., em virtude da falta de caixa da Palma Santa Administração S.A.

(b) Saldo remanescente de exercícios anteriores.

(c) A Companhia não possui controle sobre os valores dos mútuos.

Nota 12 - Patrimônio líquido

12.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 5.972.163,30 integralmente realizado, dividido em 19.907.211 (dezenove milhões novecentos e sete mil duzentas e onze) ações ordinárias nominativas de R\$ 0,30 (trinta centavos de real).

12.2. Reserva de reavaliação em investimentos

Em 31 de dezembro de 2011 o saldo da reserva de reavaliação em investimentos é de R\$ 44.155.267,83, oriundo da participação na controlada Usina Maravilhas S.A.

Em 28 de maio de 2010, a Companhia vendeu a totalidade das ações que possuía da controlada Usina Maravilhas S.A. Entretanto, o registro contábil da baixa da reserva de reavaliação em investimentos somente ocorreu no exercício de 2013.

12.3. Reserva de reavaliação em controlada

Em 31 de dezembro de 2011 o saldo da reserva de reavaliação em controlada é de R\$ 190.521.478,02, oriundo da participação na controlada Usina Maravilhas S.A.

Em 28 de maio de 2010, a Companhia vendeu a totalidade das ações que possuía da controlada Usina Maravilhas S.A. Entretanto, o registro contábil da baixa da reserva de reavaliação em controlada somente ocorreu no exercício de 2013.

12.4. Reserva de ajuste de custo de mercado

Em 31 de dezembro de 2011 o saldo da reserva de reajuste de custo de mercado é de R\$ 3.454.133,00.

Ajuste a avaliação patrimonial - custo atribuído “deemd cost”: Em 31 de agosto de 2009, a Companhia reconheceu os efeitos do custo atribuído com base em relatório de avaliação elaborado de conformidade com o ICPC 10 relacionados ao imobilizado, em atendimento ao CPC 27, para propriedades rurais.

12.5. Reserva de lucro

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo é remanescente de exercícios anteriores.

12.6. Créditos fiscais

Em 31 de dezembro de 2004 a Companhia registrou créditos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social, tendo por contrapartida a conta “créditos fiscais” no ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia procedeu a reversão dos créditos fiscais, tendo por contrapartida a conta “créditos fiscais diferidos” no ativo não circulante.

12.7. Ajustes de exercícios anteriores

Em 28 de maio de 2010, a Companhia vendeu a totalidade das ações que possuía da controlada Usina Maravilhas S.A. Entretanto, no exercício de 2011, a Companhia registrou no patrimônio líquido ajuste negativo de equivalência patrimonial de exercício anterior no valor de R\$ 4.448.469, cuja contrapartida foi a conta de investimentos em controlada.

Nota 13 - Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui práticas de gerenciamento de risco não formalizada, que visam orientar em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Assim, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital do Grupo.

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora rigorosamente o contas a receber de clientes.

Risco de liquidez

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Risco de mercado

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

Nota 14 - Cobertura de Seguros (Não Auditado)

A Companhia não mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia não possuía contratos de seguros em vigor, em montantes suficientes para cobrir eventuais riscos operacionais, de responsabilidade civil, etc., considerando a natureza de sua atividade.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, emitir opinião sobre a suficiência ou não da cobertura de seguros, a qual deve ser determinada e avaliada quanto à adequação pela administração da Companhia.

Nota 15 - Eventos subsequentes

15.1. Assembléia Geral Extraordinária

Em 06 de fevereiro de 2020, foi realizada uma Assembléia Geral Extraordinária que deliberou sobre a eleição e posse da atual diretoria.

15.2. Contingências passivas

Para a data base de 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia solicitou de seus advogados contratados, uma avaliação de todos os processos envolvendo as áreas administrativa, trabalhista, cível, tributária e ambiental, considerando o prognóstico de perda provável, possível e remota. Nessa data, de acordo com o relatório dos advogados contratados, a posição das ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais estavam demonstradas da seguinte forma:

- a) Venda das ações da controlada: Em 28 de maio de 2010, a Palma Santa Administração S.A. vendeu a totalidade das ações que possuía da Usina Maravilhas S.A. Nos exercícios de 2011 e 2012, acionistas do Grupo Cruangi, discordantes da operação, impetraram as ações de Nº 0025408-59.2011.8.17.0001 e Nº 0044260-97.2012.8.17.0001 contra a Companhia, a coligada Goiana Participações Ltda., a controladora Usina Cruangi S.A. e os acionistas da Usina Maravilhas S.A., no sentido de anular a operação de venda das ações. Até a data de autorização para conclusão das demonstrações contábeis pela administração da Companhia, ou seja, 18 de dezembro de 2020, as ações relacionadas ainda estavam em andamento.
- b) Outras ações cíveis: Na data de autorização para conclusão das demonstrações contábeis pela administração da Companhia, em 18 de dezembro de 2020, existiam outras ações cíveis tramitando no Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, envolvendo a Companhia:

Processo Número	Assunto	Situação atual
0000101-55.2016.8.17.1480	Habilitação de crédito	Em andamento
0000102-40.2016.8.17.1480	Habilitação de crédito	Em andamento
0002013-24.2015.8.17.1480	Pagamento	Em andamento
0000225-44.2014.8.17.0660	Apuração de haveres	Em andamento
0000724-31.2019.8.17.3480	Habilitação de créditos	Em andamento
0001347-29.2013.8.17.0660	Servidão	Em andamento
0000978-04.2019.8.17.3480	Indenização p/ dano moral	Em andamento
0012967-68.2018.8.17.9000	Concurso de credores	Em andamento
0012957-24.2018.8.17.9000	Recuperação judicial	Em andamento
0007814-88.2017.8.17.9000	Recuperação judicial	Em andamento
0003928-86.2015.8.17.0000	Recuperação judicial	Em andamento
0005250-44.2015.8.17.0000	Recuperação judicial	Em andamento
0001021-41.2015.8.17.0000	Recuperação judicial	Em andamento

- c) Ação cautelar fiscal: No exercício de 2011, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ajuizou Ação Cautelar Fiscal de nº 0001180-03.2011.4.05.8306, em tramite na 22ª Vara Federal de Pernambuco, com o fito de assegurar a satisfação de créditos tributários, através da indisponibilidade de bens móveis e imóveis das companhias que compõem o Grupo Cruangi. Até a data de autorização para conclusão das demonstrações contábeis pela administração da Companhia, em 18 de dezembro de 2020, a ação ainda estava em andamento.

15.3. Recuperação judicial

Em 04 de novembro de 2014 houve a apresentação do Plano de Recuperação Judicial do Grupo Cruangi. Na data de 07 de novembro de 2014 realizou-se a Assembleia Geral de Credores, cujo plano foi devidamente aprovado pela maioria dos credores, bem como foi homologado pelo Juízo Universal, cuja sentença foi publicada em 28 de março de 2015, concedendo a Recuperação Judicial do Grupo Cruangi.

Em 22 de maio de 2020, foi deferido pelo Juízo Universal o pleito das Recuperandas para homologar os negócios jurídicos de dação em pagamento firmados em cumprimento ao plano de recuperação judicial, ao passo que declarou ainda a inexistência de sucessão dos credores adquirentes nas obrigações das Recuperandas e dispensou a apresentação de certidões negativas de débitos para alienação e registro definitivo das dações em pagamento, nos termos do art. 60, parágrafo único da Lei nº 11.101/2005.